

DIPLOMACIA

Algemados e deportados

Brasil negocia com EUA tratamento mais humano para imigrantes ilegais que são mandados de volta

» ROSANA HESSEL

Dois aviões fretados pelo governo dos Estados Unidos com brasileiros deportados têm pouso programado para hoje, no Aeroporto Internacional de Confins, próximo a Belo Horizonte. Em um deles, chegam 200 passageiros; no outro, 135. Eles devem desembarcar, mais uma vez, algemados — medida que tem assustado os parentes quando essas pessoas retornam, após uma tentativa frustrada de imigração ilegal naquele país.

O uso de algemas nos brasileiros deportados, inclusive em famílias, tem provocado a indignação do governo brasileiro. Apesar dos apelos do Ministério das Relações Exteriores, o procedimento do governo norte-americano se deve a “questões de segurança”.

Procurado, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que a questão do uso de algemas em brasileiros deportados segue em discussão pelos dois países. “O Brasil vem manifestando sua sensibilidade ao tema em alto nível e mantém sua expectativa de um desenlace adequado. Em particular, tem insistido em que a vasta maioria dos brasileiros que retorna em tais voos não possui condenação criminal prévia e não representa ameaça à segurança da aeronave. O Itamaraty segue empenhado em assegurar tratamento digno a todos os nacionais no exterior, principalmente aos menores de idade”, informou o Itamaraty em nota remetida ao **Correio**.

De acordo com o MRE, em conversa com o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, no último dia 30, o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, expressou preocupação com relatos de brasileiros algemados. “O secretário Blinken indicou em resposta que transmitiria essa preocupação à área de governo competente. Informou, ainda, que seria examinada

Ringo Chiu/AFP



EUA endureceram a vigilância nas fronteiras para conter a imigração. Famílias com crianças não têm tratamento diferenciado

a possibilidade de voos compostos unicamente por grupos familiares nos quais não sejam usadas algemas”, salientou a nota.

Autoridades de Washington também admitem que seguem dialogando com o governo brasileiro sobre o assunto, mas a sinalização é de que a regra é igual para todos os deportados, independentemente do país de origem. O procedimento é para a segurança dos tripulantes e dos passageiros, a fim de “evitar brigas durante o voo” ou mesmo um sequestro do avião.

Contudo, a exposição de fotos dos deportados, e até de crianças, no mês passado, feita pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil nas redes sociais, provocou indignação no Itamaraty, que fez o apelo contra o uso de algemas.

TÍTULO 42

é a regra de fechamento das fronteiras devido à pandemia de covid-19. EUA vêm usando esse dispositivo legal para acelerar as deportações

Invasão

O volume de pessoas tentando entrar ilegalmente nos EUA pela fronteira mexicana, utilizando coiotes ou mesmo atravessando a divisa e se apresentando aos patrulheiros numa tentativa

de pedir asilo, cresceu nos últimos oito meses, o que preocupa o governo norte-americano. Um abrigo para imigrantes ilegais na cidade de Yuma, no Arizona, por exemplo, recebeu 300 mil pessoas em apenas quatro meses.

Parte do aumento do fluxo migratório é atribuída à mudança de governo e à expectativa de que Joe Biden seria menos duro com os ilegais do que era Donald Trump, que tentou erguer um polêmico muro na fronteira com o México.

Contudo, nada mudou do governo do ex-presidente republicano para o do presidente democrata. As regras são as mesmas e as autoridades deportam quem tentar entrar no país de forma irregular ou não atender às prerrogativas internacionais necessárias para a concessão de asilo

político. Muitos tentam ingressar com documentos falsos ou com filhos, mas a remessa das famílias de volta aos países de origem, em volume crescente nos últimos voos, é um sinal de que criança não garante o sucesso na empreitada.

Desde novembro passado, autoridades migratórias dos EUA utilizam o Título 42, regra de fechamento das fronteiras devido à emergência decorrente da pandemia de covid-19, para acelerar o processo de deportação, que ocorre, em média, em duas semanas. Nos casos de brasileiros que testam positivo para o coronavírus, é preciso aguardar mais tempo até a confirmação do teste negativo para o embarque em um dos dois voos autorizados, semanalmente, rumo ao Brasil.

EDUCAÇÃO

Governo dá desconto de até 92% na dívida do Fies

» MICHELLE PORTELA
» GABRIELA CHABALGOITY*

Alan Santos/PR



Bolsonaro, Paulo Guedes (Economia) e Milton Ribeiro (Educação) chegam para anunciar o desconto

Com 51% dos contratos inadimplentes e somando mais de R\$ 9 bilhões em prestações não pagas, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino (Fies) oferecerá 92% de desconto ao devedor que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A medida foi anunciada, ontem, pelo presidente Jair Bolsonaro e, pelos cálculos do governo, aproximadamente um milhão de estudantes endividados terão a possibilidade de serem beneficiados.

O Cadastro Único e o Auxílio Emergencial têm, somados, em torno de 850 mil devedores. O saldo remanescente daquele que renegociar a dívida poderá ser parcelado em até 10 vezes, com mensalidades de até R\$ 200.

A renegociação poderá ser feita pela Caixa e pelo Banco do Brasil, credenciados junto ao Fies. A negociação e pagamento da dívida será feito por meio de um aplicativo exclusivo. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o prazo para acertar o pagamento da dívida e obter o desconto será aberto em 7 de março e vai até 31 de agosto. O maior abatimento é exatamente para os beneficiários do CadÚnico.

Simulações

Pela Caixa, a simulação da dívida poderá ser feita por meio da página <http://sifesweb.caixa.gov.br>. Já o pagamento será feito pelo aplicativo Caixa Tem. No caso do Banco do Brasil, o app começa a funcionar a partir do próximo dia 19.

Para Elizabeth Guedes,

presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), as novas medidas permitirão o saneamento do programa e um planejamento racional para a execução. “A implementação do pagamento restrito à renda (do devedor) permitirá que haja justiça social e possibilidade real de retorno dos recursos aplicados”, explicou.

Elizabeth defende que a flexibilização das regras deveria atender à realidade dos estudantes que eram, também, trabalhadores e foram prejudicados durante a pandemia. Isso porque muitos perderam os empregos e, por isso, tiveram redução de renda própria ou sofreram isso no âmbito da família.

“Como estudar é condição para o progresso social, um programa de financiamento público deve propiciar acesso ao ensino superior à população financeiramente vulnerável. É uma medida justa e necessária, para que essas pessoas não iniciem a vida profissional com dívidas”, defendeu.

O perdão da dívida do Fies ajuda a resolver o problema da inadimplência, mas não ataca a questão central: garantir oportunidades para os jovens se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho. A crítica é da especialista em políticas públicas e ativista pela educação Tamires Fakhil.

“O perdão da dívida deveria atingir todos os estudantes inadimplentes, não só aqueles que aderiram ao financiamento até o segundo semestre de 2017. Hoje, muitos jovens não estudam nem trabalham — e isso é muito grave. Para que o país possa se desenvolver, é preciso garantir igualdade de oportunidades”, declarou.

Ajuda necessária

Jaqueline Clarindo, que conseguiu se graduar com a ajuda do Fies, garantiu que o programa foi essencial para chegar ao final do curso universitário. “Não trabalhava e meu pai não tinha condições de pagar



Um programa de financiamento público deve propiciar acesso ao ensino superior à população financeiramente vulnerável. É uma medida justa e necessária, para que essas pessoas não iniciem a vida profissional com dívidas”

Elizabeth Guedes, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares

o valor total do curso porque já pagava escola particular para a minha irmã. Consegui 75% de financiamento e o restante meus pais arcavam”, explicou.

Desde 1999, o Fies possibilita que estudantes curse o ensino superior com parte do valor das mensalidades financiadas, até o limite de 92%. O restante é pago após a conclusão do curso escolhido. Cerca de 85% das vagas no ensino superior são oferecidas por instituições privadas, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE).

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

MEIO AMBIENTE

Multas do Ibama caem para só 1,3% dos alertas

Apenas 1,3%, dos 115.688 alertas de desmatamento na Amazônia publicados pela plataforma MapBiomas, entre 2019 e 2020, foi alvo de algum tipo de ação que resultou em embargos ou autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Isso representa 6,1% do total da área desflorestada detectada.

“É uma mensagem muito ruim (que o governo passa), com ações de combate ao desmatamento em nível baixo”, diz Ana Paula Valdiones, coordenadora do programa de transparência ambiental do Instituto Centro de Vida (ICV), ONG voltada para questões ambientais, e uma das autoras do estudo. O levantamento foi realizado em parceria com pesquisadores do MapBiomas, projeto que reúne universidades, organizações ambientais e empresas de tecnologia, e o Observatório do Clima.

Apesar de não ser um órgão governamental, o MapBiomas tem entre suas fontes de dados sistemas oficiais, como o Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Assim, as informações que a plataforma coleta e usa para gerar alertas são de conhecimento do governo federal e deveriam levar a ações dos órgãos de controle — entre os quais o Ibama.

Para tanto, o trabalho de campo poderia até mesmo ser parcialmente dispensado. Ex-presidente do Ibama, Suely Araújo diz que o órgão tem como fazer o cruzamento de dados e fiscalizar a distância em alguns locais. Lançada oficialmente em 2017, a operação Controle Remoto cruza imagens de satélite com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para detectar os desmatamentos recentes e enviar, por correio, as multas. O embargo de áreas também é automático, e o proprietário fica impedido de conseguir crédito rural nos bancos.

Em meados daquele ano, a operação havia resultado em 601 autos de infração, que levaram ao embargo de 197,7 mil hectares e em R\$ 853 milhões em multas aplicadas. Segundo a ex-presidente do órgão, o grande volume de alertas sempre dificultou que o número de fiscalizações fosse alto. Mas, na gestão Bolsonaro, esse déficit se acentuou.

“Quando você vê esses dados atuais, isso mostra a necessidade de se reforçar as ações de comando e controle”, diz.

O total de autuações ambientais verificado em 2021 foi o menor em duas décadas, enquanto o desmate voltou a bater recordes sucessivos. Em 2019, o Ibama registrou 12.375 multas. Em 2020, esse número ficou em 11.064. No ano passado, até setembro, foram 9.182 multas.

» Frias gasta R\$ 39 mil em ida a NY

O secretário especial de Cultura, Mario Frias, gastou R\$ 39.150,95 numa viagem de cinco dias para Nova York, entre 14 e 19 de dezembro passado. O dinheiro que ele usou para pagar as despesas é público e o desembolso está registrado no Portal da Transparência. A ida aos Estados Unidos foi para se encontrar com o lutador de jiu-jitsu Renzo Gracie — que é apoiador do presidente Jair Bolsonaro —, atendendo a um convite do lutador para conhecer um projeto cultural de audiovisual. A Secretaria de Cultura, por meio de nota, afirmou que não houve emissão de viagem em classe executiva em nome de Frias e “não houve apenas uma agenda na viagem; diversos foram os compromissos realizados na cidade de Nova York”. A viagem foi feita em caráter de urgência.